



Pesquisa e Educação na Contemporaneidade: Perspectivas Teórico-Methodológicas
Caruaru, 13 e 14 de setembro de 2012

Eixo Temático 1: Educação, diversidade cultural e processos de produção de desigualdades.

A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS CONTRA-HEGEMÔNICAS NO PROCESSO FORMATIVO DE ADOLESCENTES E JOVENS DAS PERIFERIAS URBANAS DO RECIFE

Autá Azevedo – UFPE

RESUMO: O estudo pretende analisar a relevância dos processos formativos desencadeados por organizações da sociedade civil para a participação política de adolescentes e jovens das periferias urbanas do Recife. Para isso, buscamos refletir sobre as práticas educativas contra-hegemônicas que vem sendo desenvolvidas no interior dos movimentos sociais e relacionar o papel do pedagogo no âmbito da educação não-formal. A pesquisa abordou adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade pessoal e social, moradores de áreas onde se registram altos índices de violência, e que integram um projeto sócio-educativo promovido por uma organização popular do Recife. Utilizamos como procedimentos de investigação a observação participante, a análise de documentos e a realização de grupos focais.

Palavras-Chave: Educação não-formal, dispositivo pedagógico, participação juvenil.

INTRODUÇÃO

Após duas décadas de mudanças significativas no padrão de inserção dos países latino-americanos na economia mundial, volta a ganhar centralidade o debate sobre os vínculos entre a democratização das instituições políticas e os problemas relativos à exclusão social. Isso acontece porque a consolidação democrática não conseguiu superar a enorme dívida social que continua a desafiar tanto o sistema estatal, quanto a sociedade civil organizada, apesar das propostas de reforma do Estado, desencadeadas na década de 1990, terem assumido como um dos seus principais desafios superar o binômio desenvolvimento/desigualdade social. O que implica a definição de um novo tipo de Estado capaz de enfrentar o “déficit de cidadania” que caracteriza a sociedade brasileira.

Nesse cenário, passou-se a exigir dos governos a elaboração de uma nova finalidade para a formação do cidadão. Assim, ao mesmo tempo em que se criaram focos de incentivo para a atualização do modelo gerencialista, aumentando o controle e descentralizando os processos de execução das políticas públicas, também se buscou instituir uma cultura democrática e participacionista, o que possibilitou que se tomasse consciência da relevância do protagonismo dos atores sociais.

Por essa razão, a idéia de *participação cidadã* passou a se constituir em uma categoria fundamental para se entender os processos de legitimidade política (Gohn, 2001b). O discurso participacionista aponta para uma assimilação inovadora dos problemas sociais, sugerindo uma abordagem da reforma do Estado vista agora não mais pelo viés do ajuste e do custo, mas por seu sentido ético e político. Não se trata, então, de apontar a sociedade civil como um espaço de substituição das políticas redistributivas estatais. Ao contrário, a sociedade civil é apreendida não como

“um terceiro setor complementar aos dois outros setores – o Estado e o mercado – mas como uma experiência societal e histórica particular, regida por mecanismos de organização e regulação peculiares que apenas se tornam evidentes quando são realçados os processos de pertencimento e de reconhecimento interpessoais presentes nas instituições primárias da vida social” (Martins, 2004, p. 02).

Dessa ótica, o objetivo de nossa pesquisa consiste em compreender até que ponto os processos formativos desencadeados pelas organizações da sociedade civil contribuem para o fortalecimento da participação política/cidadã de adolescentes e jovens moradores de áreas de baixa renda do Recife. Mais especificamente, optamos por analisar as ações pedagógicas desencadeadas pelo *Projeto Formação Continuada: Trabalho e Política*, desenvolvido pela organização social ETAPAS, no ano de 2011.

A intenção, portanto, é investigar em que medida essas práticas educativas conseguem garantir a apropriação dos mecanismos e do conhecimento necessários para a participação política e social desses jovens? Quais foram as principais mudanças ocorridas com eles depois da participação no Projeto? Qual a contribuição da ETAPAS enquanto instituição educadora para o processo formativo desses jovens? De que forma as práticas educativas contra-hegemônicas desenvolvidas no âmbito dos movimentos sociais contribuem para o processo formativo dos jovens participantes?

Do ponto de vista teórico, a ideia é apreender o papel do pedagogo no âmbito da chamada “educação não formal”. Com isso, esperamos poder contribuir para o debate atual sobre o papel da sociedade civil na construção de práticas democráticas que fortaleçam o direito à educação em nosso país. Para isso, partimos do pressuposto de que a construção da cidadania se dá em espaços de interação social e/ou de relações conflituosas, dentro da teia complexa de relações econômicas, políticas e sociais que se estabelecem na sociedade (Adams, 2001).

Nessa perspectiva, levantamos algumas suposições que nos orientaram na busca de compreender, com maior clareza, como se dá o processo de formação para a cidadania que acontece nas práticas sócio-educativas do Projeto Formação Continuada: Trabalho e Política. A hipótese inicial é a de que a educação constitui-se enquanto instrumento de transformação social, a partir da formação para o exercício da cidadania. Por isso, acreditamos que quando o/a jovem começa a ser estimulado a perceber e a refletir sobre o que está a sua volta, ele/a passa a questionar o estatuto dos seus direitos, buscando formas para que eles sejam respeitados, bem como maneiras de reivindicá-los. Nesse processo, ele/a tende a criar ou encontrar maneiras de melhorar sua vida, sua comunidade, seu bairro.

Obviamente, o simples conhecimento da realidade, mesmo que em uma perspectiva crítica, não implica diretamente em ações voltadas para a transformação da mesma. Em outros termos, temos clareza que um determinado jovem pode ter consciência de sua cidadania (ou da ausência dela), mas não exercê-la na prática.

Contudo, acreditamos que a partir do momento que ele/a começa a desenvolver essa consciência, já há uma motivação para que se desperte o interesse de ir em busca dessa cidadania, através da transformação do contexto excludente em que se vive.

Em medida mais ampla, percebemos a educação não formal como um dispositivo pedagógico potente na busca por formas outras de educação. Entendemos que as atividades formativas desencadeadas pelas organizações da sociedade civil, sendo contra-hegemônicas já despertam pelo simples fato de o serem, uma tendência a mudança. E é essa possibilidade de mudança nas práticas educativas de adolescentes e jovens que nos interessou observar. A possibilidade de vislumbrar uma formação contra-hegemônica e com ela construir outras formas de educar o cidadão, nos motivou a realizar este estudo.

Por fim, é importante esclarecer que, do ponto de vista metodológico, utilizamos a observação participante, e também uma análise documental dos textos institucionais que explicitam o Projeto.

Ao mesmo tempo, fizemos uso da técnica do grupo focal, cuja finalidade era apreender a perspectiva dos jovens com relação a formação que receberam durante sua participação no Projeto ¹. Com essas estratégias queríamos perceber as representações e impactos do projeto para os jovens, bem como apreender se a participação nas atividades trouxe mudanças consideradas, pelos próprios jovens, como significativas para a vida deles ou para as comunidades onde vivem.

A Sociedade Civil como Instância Educativa

A democracia precisa ser alimentada por uma sinergia complexa entre os valores da liberdade, da igualdade e da justiça social, articulando-se de forma profunda com o problema da responsabilidade com o que é público. Essa situação supõe um encontro do Estado com o conjunto da vida associativa da sociedade, articulando reivindicações, práticas e identidades. Como ressaltam Dabas e Najmanovich (2002), cidadãos ativos são uma pré-condição da democracia, devendo ser, por isso mesmo, constantemente “criados” pelas redes sociais da educação e da opinião pública. Esse reconhecimento do papel da sociedade civil refere-se a um novo modo de conceber a dinâmica democrática.

A democratização deixa de ser vista como uma simples “redistribuição dos bens”, passando a ser abordada no registro do inter-reconhecimento e do pertencimento coletivo. Essa compreensão significa que

“não há sociedade civil sem comunidade política. Certamente o Estado democrático depende hoje primeiramente da vitalidade da vida associativa da sociedade civil. Mas, por outro lado, uma sociedade civil democrática apenas pode desabrochar-se em um Estado democrático. As suas associações não poderão desenvolver-se, reforçar a participação

¹ Os grupos focais foram realizados em três etapas que se interligavam. A primeira consistia na resposta por parte dos jovens de duas perguntas: 1. Qual era o seu objetivo quando se inscreveu no Projeto? 2. Os objetivos do Projeto se interligaram com os seus projetos de vida? Porquê? No segundo momento, pedimos que eles escolhessem fotos de vários momentos, módulos, vivências e atividades do Projeto. Em seguida eles deveriam falar o motivo de escolha da foto e o que o momento retratado representou para eles e para o grupo. Num terceiro momento, fizemos perguntas diretas a respeito de cidadania, participação, juventude, consciência cidadã. Encerramos com uma dinâmica de avaliação do grupo focal.

cotidiana da maioria, incentivar as pessoas a ajudar a si mesmos, sem a ajuda do Estado” (Chanial, 2004, p. 68).

O papel do Estado não consiste apenas em se colocar como regulador passivo dos problemas sociais. Mas em ampliar a esfera democrática, enquanto uma política formativa do espírito da cidadania. Esse é um ponto central quando se pretende focalizar o papel educativo das organizações sociais da sociedade civil. As ações efetivadas pelas associações civis voltam-se não apenas para o esforço coletivo de satisfação das necessidades dos coletivos marginalizados, mediante a produção de bens públicos, mas, sobretudo, para a formação de uma vontade política.

Isso se traduz em uma forma de aprendizagem singular. A aprendizagem do “envolvimento cívico” (Gohn, 2003, p. 18) considerada essencial para ativar os processos de participação dos atores sociais nos espaços de mediação entre cidadãos e governos. De fato, é todo o tecido social que se regenera e se dinamiza ao influxo das organizações da sociedade civil. Elas permitem o aprendizado prático de uma forma de identidade social (Scherer-Warren, 1996), sustentada por uma compreensão ampliada da gestão dos bens sociais que tem como base a participação cidadã.

O Papel Formativo da Educação Não- Formal

Ao não conceber o Estado como o único avalista da ampliação das solidariedades sociais (Gohn, 2005), as organizações da sociedade civil emergem como agentes articuladores da cidadania ativa, redefinindo a relação Estado/sociedade. A articulação do sistema estatal com essas organizações permite entrever a as bases de uma nova forma de gestão dos bens sociais.

Dessa ótica, os processos educativos não formais assumem uma importância central como dispositivo que visa o desenvolvimento social das comunidades. Existe uma compreensão de que a educação é um bem público que deve estar acessível a todos os indivíduos. A relevância desse tipo de abordagem articula-se com o fato de que o processo de escolarização dos segmentos mais pobres da população brasileira tem apresentado resultados insatisfatórios, a despeito dos esforços dos governos no tocante à ampliação do acesso aos serviços educacionais. Pois, apesar de não anularem o sentido da escolarização

formal, os movimentos sociais têm denunciado os seus limites e contradições. Eles entendem que as demandas educacionais dizem respeito ao conjunto de necessidades da sociedade, ampliando assim a concepção de educação.

O caráter formativo dos movimentos sociais se efetiva a partir da consciência adquirida através do conhecimento sobre quais são os direitos e os deveres dos indivíduos. Com isso, as organizações da sociedade civil redefinem os eixos articuladores da identidade social, cujo efeito mais importante é dado no plano coletivo.

As organizações sociais são vistas como instrumentos de integração dos cidadãos. A participação nessas associações, por um lado, permitem que os cidadãos exponham suas necessidades e demandas ao sistema estatal, ao mesmo tempo em que estes aprendem a se proteger dos abusos do poder. Por outro lado, os processos de formação que fluem através dessas organizações difundem habilidades práticas que permitem aos sujeitos atuar na vida pública. Assim, a educação ganha destaque não tanto por seus aspectos na área do ensino formal, mas por suas dimensões não formais (Gohn, 2001c, p. 54), ou seja, pelas aprendizagens geradas na experiência cotidiana. Essa participação se torna um importante dispositivo formativo na vida dos cidadãos.

Um dos principais impactos provocados pelas organizações sociais refere-se à defesa do *princípio de civilidade* como eixo articulador das práticas de distribuição e circulação da educação ². Ao enfatizar a importância de uma "pedagogia da civilidade", essas organizações vinculam as normas sociais com a apresentação dos sujeitos no espaço público. Por isso,

“esclarecemos que estamos lidando com uma concepção ampliada de educação relativa a todos os processos que envolvem a aprendizagem de novas informações referentes a novos hábitos, valores, atitudes e comportamentos. Este conjunto, após sistematizado, codificado e assimilado pelos grupos sociais constitui elementos fundamentais para a geração de novas mentalidades e novas práticas sociais, fundamentais para a formação dos indivíduos como cidadãos (Gohn, 2001b, p. 56).

A educação não formal compreende seis grandes áreas de intervenção: a aprendizagem política dos direitos; a capacitação para o trabalho; a aprendizagem da prática para o exercício da organização coletiva; a aprendizagem dos conteúdos da

² A civilidade consiste em um conjunto de regras, parcialmente, ritualizadas para se conviver com os demais integrantes da sociedade (Vieira, 2001).

escolarização formal em formas e espaços diferenciados; a educação pela mídia; e a educação para a vida através de práticas voltadas para o auto-conhecimento (Gohn, 2001c, pp. 98-99). A diferença em relação aos espaços formais de educação reside na estrutura do processo de aprendizagem, pois o tempo da aprendizagem não é fixado a priori e são respeitadas as diferenças existentes para a absorção e reelaboração dos conteúdos, implícitos ou explícitos, nos processos de ensino-aprendizagem e a forma de operacionalizar estes conteúdos também tem diferentes dimensões” (Gohn, 2001c, p. 101).

Os espaços onde se exercem essas atividades são múltiplos: as associações de moradores, as igrejas, os espaços culturais e, principalmente, as organizações não governamentais que compõem as redes associacionistas cívicas da sociedade civil³. Essas organizações visam, antes de tudo, repensar a escola como uma rede interativa estratégica em função do seu papel na articulação da Comunidade, do Estado e da Política. A partir da escola pública é possível pensar uma série de redes em movimento no qual toda a comunidade seja envolvida para fazer que o processo de aprendizagem na escola se converta em um processo de emancipação de uma cidadania democrática e participativa (Martins, 2001, p. 15).

Não faz sentido, portanto, pensar a formação para uma sociedade democrática de uma forma dissociada dos movimentos sociais e da educação não formal (Gohn, 2001a, p. 42). O intercâmbio das redes formais de ensino com as organizações da sociedade civil pode contribuir para o fortalecimento da democracia local, pelo fato de que elas são as principais responsáveis por “gerar o sentido de pertencer, construir identidades e de resgatar a memória coletiva dos grupos, além de desenvolver a auto-estima dos indivíduos” (Gohn, 2001c, p. 109).

Educação Contra-hegemônica: Um Estudo de Caso dos Processos de Educação Não-Formal em uma Organização Social da Cidade do Recife

A questão da juventude tem adquirido visibilidade face às transformações vividas no Brasil e no mundo nas últimas décadas. Transformações essas que excluem um

³ Touraine (1997) denomina esses espaços de “escolas do sujeito”, em oposição às escolas formais que partem de uma visão abstrata de igualdade e cidadania. Um dos seus pressupostos básicos é que a aprendizagem se dá por meio da prática social. O conhecimento é gerado na interação social.

contingente significativo de adolescentes e jovens da participação ativa nos problemas que os afetam.

Os jovens estão, hoje, entre as principais vítimas do tipo de desenvolvimento econômico e social observado nas últimas décadas. Segundo dados do IBGE, em 2010, 45% do total de desempregados do país era de jovens. Com relação ao déficit educacional os dados do PNAD mostram que 16 milhões de jovens entre 15 e 24 anos estavam fora da escola ou da universidade no Brasil. Esse número representa mais da metade do número total de jovens nessa faixa etária no país. Já com relação à violência, uma pesquisa feita pela UNESCO, em 2010, mostra que a taxa de homicídios na população jovem foi de 54,5 para cada 100 mil, contra 21,7 para o restante da população.

A mesma pesquisa mostra ainda que enquanto a taxa de violência referente ao restante da população tem se mantido estável desde 1990, no segmento juvenil pulou de 30 para 54,5. Assim, julgamos imprescindível e urgente repensar as formas de educação que têm sido projetadas para lidar com essa situação.

O processo de construção da participação cidadã não pode ser abordado dissociado da formação desses jovens (Baquero, 2004). É necessário que os jovens tenham consciência de seus direitos, mas também tenham condições concretas para participar no exercício de materialização desses direitos. O que implica formas renovadas de educação, que em geral, vão contra as formas hegemônicas que vem sendo desenvolvidas.

Foi com essa intencionalidade que nos dispomos a investigar o *Projeto Formação Continuada: Trabalho e Política*. Um projeto sócio-educativo desenvolvido pela organização social ETAPAS e que tem como um de seus objetivos contribuir para a formação pessoal, cidadã e profissional dos jovens das periferias urbanas da Região Metropolitana do Recife. A escolha desse objeto de pesquisa não é casual, uma vez que acreditamos que a luta pela educação, pela cidadania e pelos direitos não se esgota no universo empírico das escolas formais (Arroyo, 2003).

Nesse sentido, a intenção é explicitar os processos não formais de educação que têm procurado desenvolver dispositivos pedagógicos voltados para a participação cidadã dos jovens. Como ressalta Teixeira (2003),

“há uma vertente de ongs que opta por atuar no incremento da participação dos cidadãos nas mais diferentes esferas da vida social. A estratégia privilegiada é a educação para a cidadania ativa; faz-se um

trabalho educativo a fim de que os indivíduos se reconheçam como sujeitos portadores de direitos”.

Esse é o caso da ETAPAS, uma organização que intervém junto aos movimentos sociais na perspectiva de assessorá-los nessa atuação. Para a análise dos dados, nesta pesquisa, utilizamo-nos de três instrumentos metodológicos: a observação participante, que se deu desde o primeiro dia de atividade do Projeto, dia 17 de Abril de 2011, até o último, no dia 09 de Dezembro de 2011; A análise de documentos da instituição proponente do projeto. Por fim, foi aplicada a técnica do grupo focal com 10 dos jovens participantes do Projeto no ano de 2010. A escolha dos jovens se deu de uma maneira que contemplasse diferentes áreas de moradia, dando preferência às comunidades mais próximas ao local onde foi realizada atividade, a sede da ETAPAS, tendo em vista a facilidade de locomoção para os jovens. Foram 05 meninos e 05 meninas. Eles/as serão identificados ao longo da análise através de suas comunidades.

O Projeto *Formação Continuada Trabalho e Política*

A ETAPAS é uma organização não-governamental criada em 1982 com sede no Recife e abrangência metropolitana. A sua missão é contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos setores historicamente excluídos através da defesa de direitos e fortalecimento da cidadania ativa. Tem como base de seus princípios a igualdade de gênero e etnia. Seu objetivo geral é contribuir para a democratização da gestão e o controle social das políticas públicas, na perspectiva de implementação da plataforma de reforma urbana e da inserção dos jovens como sujeitos de direito.

A instituição trabalha junto aos movimentos sociais urbanos articulando os mais variados segmentos na luta contra a desigualdade social, pela democracia ampliada, direitos universais, cidadania, participação social e gestão democrática. Para nortear suas ações prioriza três programas: *Juventude e Ação Política*; *Política Urbana e Controle Social*; e *Desenvolvimento Institucional*. O trabalho com a juventude é desenvolvido dentro do Programa 1: *Juventude e Ação Política*, através da capacitação profissional.

Segundo a instituição, a motivação para o início desse trabalho foi dada por duas razões. A primeira foi o resultado de pesquisas realizadas junto a áreas populares que

apontaram a existência de 30% de adolescentes e jovens entre os moradores. A segunda razão foram as constantes demandas feitas à ETAPAS de que se criasse alguma estratégia de trabalho com esse público em situação de risco pessoal e social.

A ETAPAS definiu como jovens participantes deste projeto os moradores de áreas de baixa renda do Recife, com faixa etária entre 16 e 24 anos, referência aproximada da adotada a partir de parâmetros que a UNESCO considera como juventude.

O programa tem como objetivos específicos discutir e propor políticas públicas de juventude, promovendo a formação política e cidadã para integrar espaços de discussão de políticas públicas e educacionais. Portanto, apresenta como principal finalidade:

“Contribuir para o desenvolvimento integral de jovens e adolescentes em situação de risco pessoal e social, residentes em áreas de extrema exclusão social, buscando a participação social e o controle das políticas públicas e a apropriação de instrumental que permita disputas mais igualitárias no mundo do trabalho” (ETAPAS, 2005, p. 03).

Dentro do Programa foi criado, entre outros, o Projeto Formação Continuada – Trabalho e Política, foco de nossa pesquisa. O Projeto envolve 360 adolescentes e jovens. Desses, 60 participam de atividades diárias de formação técnica, política e cidadã e os demais serão envolvidos por eles, a partir de atividades de multiplicação. Considerando a importância de trabalhar as relações de gênero, na composição dos grupos (um no horário da tarde, outro pela manhã), 60% dos integrantes são mulheres e 40% homens. Os demais são envolvidos nas atividades de multiplicação social que fazem parte das ações do projeto.

Para isso, o Programa busca desenvolver a participação social e o controle das políticas públicas, principalmente as de juventude, mediante a apropriação de instrumentos que permita condições mais igualitárias de inserção no mundo do trabalho, possibilitando aos jovens a participação na dinâmica social, cultural e política de suas comunidades. Não obstante, as gestoras da ONG entendem que, no primeiro momento, os jovens se interessam pelo projeto vislumbrando principalmente a profissionalização. Porém, para a instituição, o foco é o desenvolvimento de várias habilidades que possibilitem o desenvolvimento pessoal, a intervenção na organização comunitária de sua localidade, estimulando a participação em canais institucionais e conseqüentemente o controle social das políticas públicas.

Desse modo, o Projeto orienta suas ações através das seguintes abordagens temáticas: Jovem enquanto Ser - Processos de Formação para a Valorização do Indivíduo e do Grupo; Jovem enquanto Cidadão - Processos de Formação para o exercício da Consciência Política e Cidadã; Jovem e sua Comunidade/Cidade - Processos de Formação para a participação nas comunidades e espaços de organização; e Jovem e o Mundo do Trabalho - Processos de Formação para o mundo do trabalho. Essas temáticas permitem, na visão das gestoras, trabalhar a

“noção de cidadania enfatizando a garantia e conquista de direitos, como, por exemplo, o direito a igualdade e o respeito às diferenças. Prepara-os para entenderem a importância da sua participação ativa nas comunidades em que residem no que tange a inserção e atuação na organização comunitária, através da associação/conselho de moradores, conselhos de políticas públicas, entre outros, espaços estes anteriormente ocupados na sua maioria por adultos, tendo em vista uma maior conscientização política” (ETAPAS, 2005, p. 05).

A metodologia proposta pela instituição tem como eixo norteador a formação política, a cidadania ativa e a ética, privilegiando o desenvolvimento das relações pessoais, interpessoais e comunitárias; tudo isso, para favorecer condições em que os adolescentes e jovens participantes construam seu próprio pensamento de maneira autônoma. A proposta é que a partir das vivências, oficinas e demais atividades, eles possam multiplicar informações em suas comunidades e integrar outros jovens.

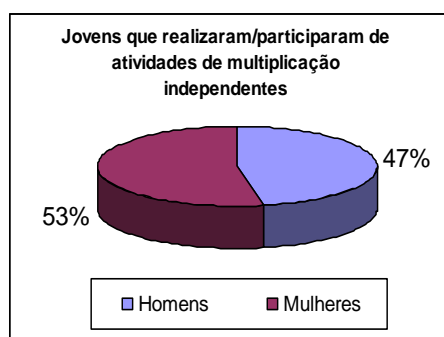
O foco da capacitação da ETAPAS, portanto, está centrado em desencadear processos educativos que desenvolvam o conhecimento e a formação de uma consciência que fortaleça os interesses populares e promova a contextualização desses jovens num mundo de diferenças econômicas, levando em consideração as suas aspirações e expectativas. Essa visão se expressa nas falas coletadas juntos aos jovens participantes do Projeto. Quando perguntados, por exemplo, sobre os benefícios trazidos pelo Projeto para sua vida eles/as enfatizaram que:

“O Projeto ampliou totalmente a minha visão de mundo e do lugar que eu vivo; antes eu participava das coisas da minha comunidade mais pela vontade de fazer alguma coisa, porque eu já tinha essa vontade, mas muitas vezes nem sabia direito o que estava fazendo, nem tinha essa consciência toda de cidadania. Agora não, eu participo do orçamento participativo sabendo porque eu estou ali, sabendo em que eu estou votando. E antes não era assim” (Participante da Várzea).

Aqueles que já participavam de alguma maneira dos processos políticos das suas comunidades, se sentem depois da participação no Projeto, mais seguros para integrar os espaços de participação política de maneira mais consciente. Por outro lado, muitos Jovens, no momento da aplicação do grupo focal, demonstraram interesse em dar continuidade às ações de multiplicação social como explicita o jovem morador dos Coelhos:

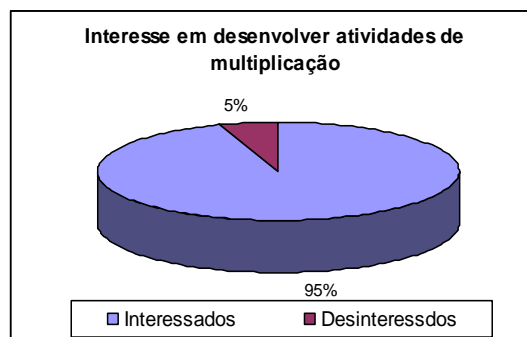
“Os jovens que já passaram pelo Formação tão multiplicando as vivências que tiveram aqui para outros jovens também participarem e se conscientizarem. O jovem do Formação é um jovem multiplicador que passa para os outros aquilo que ele sabe. É um jovem que busca, que faz, que acontece, que tem esse lado da consciência, que se preocupa com a sua comunidade. Tem jovem que não sabe nem se na sua comunidade tem liderança, o que eles fazem. O jovem do Formação não, ele sabe que tem, o que ele faz e de que maneiras a gente pode ajudar e até cobrar”.

Isso nos fez lembrar que uma das metas orientadoras do Projeto diz respeito a responsabilidade de criar mecanismos que aproximem o jovem da sua comunidade, através de abordagens que favoreçam a leitura da realidade. Entre os jovens que responderam ao questionário, realizado ao final de cada curso/projeto oferecido pela instituição, há dois índices sobre o interesse da juventude em participar e/ou promover experiências de multiplicação. O primeiro deles diz respeito aos jovens que declaram ter integrado alguma ação desta natureza, independentes da programação já desenvolvida pelo Projeto. Nesse caso, o número de jovens que já desenvolveram estas atividades gira em torno de 56% dos entrevistados, enquanto 44% afirmam nunca ter participado (ver Quadro abaixo).



Embora estas informações possibilitem uma leitura do que vêm sendo realizado autonomamente pelos jovens, com relação aos processos de multiplicação social, estes

dados não refletem integralmente o desejo de continuidade manifestado pela mesma juventude acerca deste tipo de iniciativa. Todos os entrevistados foram indagados sobre o real interesse de participarem ou até mesmo desenvolverem ações desta natureza. Os resultados foram os seguintes:



Na intenção de entender mais claramente as perspectivas de atuação que animam os 95% dos entrevistados a desenvolverem atividades multiplicadoras, foi lançada uma pergunta sobre que tipo de iniciativa estes jovens gostariam de implementar. Três ações se destacaram: a realização de projetos mais estruturados dentro das comunidades (27%); o desenvolvimento de oficinas sobre temas variados (24,4%); e o fortalecimento de grupos e ações já existentes (24,3%).

Assim, mesmo quando se considera a ausência de participação efetiva, constata-se um interesse claro, por parte dos jovens, nesse tipo de participação. Todos os jovens, do grupo focal, por exemplo, revelaram ter participado pelo menos uma vez, ainda durante as atividades do Projeto, das reuniões de Comul e/ou da Associação dos Moradores. Quando perguntados sobre os fatores que os impedem a participarem nestas reuniões, os argumentos mais freqüentes resgataram questões como: processo de divulgação da comunidade não valoriza a participação coletiva dos moradores, especialmente da juventude (41%).

A análise desses dados nos permitiu a percepção de que é necessário analisar a juventude enquanto parcela da sociedade capaz de ser protagonista e de atuar na mesma, transformando-a a fim de torná-la mais justa para todos e todas. Por acreditarmos que a educação precisa ser um mecanismo de mudança social, salientamos a importância da educação não-formal para a formação cidadã desses jovens, tendo em vista que a educação formal por si só não dá conta desse tipo de empoderamento político e social.

Considerações Finais

Entre os resultados promissores advindos do Projeto, pode-se citar o estímulo da participação em experiências de multiplicação e grupos sociais, além do estabelecimento de valores como autoconfiança, auto-estima, determinantes para a busca por melhores oportunidades de vida.

De uma maneira geral, o projeto trouxe resultados muito positivos; entretanto, cada pessoa tem as suas peculiaridades e interesses particulares, sendo assim, acreditamos que ele tenha contribuído de uma maneira diferente para cada um dos jovens. Para uns serviu como facilitador para inserção no mercado de trabalho, para outros ajudou muito no desenvolvimento pessoal, crescimento interior. Já para outros serviu como um instrumento mesmo, um incentivo à participação política consciente nas comunidades. Entretanto, algo que pode ser observado na maioria é a vontade de melhorar a sua vida, de ter um trabalho, de estudar e de contribuir de alguma maneira com a mudança da situação de suas comunidades.

Observamos que os jovens descobriram que uma dos caminhos para essa mudança é a participação social. Participação essa que deve se dar de forma organizada, especialmente em grupos, cabendo a esses grupos um papel muito importante de multiplicador de informação. Através da articulação e do trabalho em conjunto os indivíduos descobrem que exercem um maior poder em relação as suas reivindicações, na luta por condições melhores, mais dignas.

Algo que ficou claro para nós depois deste estudo foi a certeza de que os jovens que de atividades formativas a exemplo do Projeto Formação Continuada, se sentem mais valorizados e reconhecidos enquanto moradores de áreas de baixa renda. Acreditam na capacidade de mobilização e mudança da juventude. E entendem que o fato de serem pobres não os faz menores, tem a autoestima mais elevada.

É possível perceber enquanto resultado da ação, uma valorização maior da trajetória de luta e conquistas das comunidades em detrimento dos estigmas de marginalização e criminalidade que as cercam. Tal cenário contribui com o sentimento de identidade social, extremamente importante para a formação do jovem enquanto pessoa e enquanto cidadão.

Pode-se perceber como resultados gerais: disposição para a apresentação de sugestões e críticas; compreensão das metas para a realização dos trabalhos; valorização de posturas proativas; abertura a construção de parceiras - junto aos movimentos e organizações locais; valorização da pesquisa – leitura, entrevistas, etc - para fundamentação e qualidade dos trabalhos; respeito aos movimentos sociais – formação de um espírito de aliança. Logicamente que estas expressões não são percebidas na mesma intensidade entre todos os indivíduos envolvidos, dado a diversidade de valores e interesses que os caracterizam.

São evidentes os resultados conquistados a partir da participação dos jovens. Em primeiro lugar, pode-se destacar a ampliação dos conhecimentos acerca das políticas públicas, especialmente no campo da juventude, a partir de uma percepção pessoal enquanto sujeito de direito, que nutre os potenciais de ação transformadora e crítica perante a sociedade. O desejo de mudança, de melhoria de vida é evidente nos jovens. Trata-se de um desejo que extrapola o âmbito individual, transbordando para o coletivo, a comunidade.

O Projeto também promoveu uma maior compreensão de valores como mobilização social, organização e coordenação de ações de multiplicação. Iniciativas desenvolvidas com muita qualidade pelos jovens do Projeto. Os trabalhos nesse sentido promoveram uma maior imersão na idéia de transformação política a partir da juventude.

Acreditamos que a maior contribuição do Projeto para a vida desses jovens tenha sido no âmbito da formação pessoal, pois todos eles demonstraram, diante das vivências, nos questionários institucionais, nos grupos focais, a elevação da auto-estima, e maior disponibilidade para trabalhar em grupos. Mesmo aqueles que não continuam com os processos de multiplicação, demonstraram avanços nas relações dentro do grupo e se mostram mais confiantes e interessados em viabilizarem mudanças, ou na comunidade onde moram, ou em suas próprias vidas.

Entretanto, para além dos resultados que o projeto em si pode ter na vida desses jovens, fica claro para nós o potencial que o campo da educação não formal tem para o desenvolvimento de processos formativos que vão contra a ordem vigente. Fica evidente o potencial formativo das organizações da sociedade civil. Os movimentos sociais têm muito a ensinar-nos na busca por formas outras de educação. Eles podem nos mostrar alternativas construção de sociedades que tenham condições de superar a crescente desigualdade que impera em nossos tempos.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Telmo. *Prática social e formação para cidadania*: Cáritas do RS. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- ARROYO, G. Miguel; BUFFA, Ester e NOSELLA, Paolo. *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez, 2003.
- BAQUERO, Marcelo (org). *Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- DABAS, Elina, NAJMANOVICH, Denise (Org.). *Redes el lenguaje de los vínculos: Hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *Conselhos Gestores: e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001. v. 84. (Coleção Questões de Nossa Época).
- _____. *Educação Não- Formal e Cultura Política*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. *O protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. . São Paulo: Cortez, 2005. 116p. v. 123. (Coleção Questões da Nossa Época).
- GRAU, Nuria Cunill. *Repensando o público através da sociedade: Novas formas de gestão pública e representação social*. Tradução por Carolina Andrade. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 1998.
- MARTINS, Paulo Henrique, NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). *A nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- MARTINS, Paulo Henrique. *Cultura autoritária e aventura da brasilidade*. In: SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca, PORTO, Maria Stella Grossi (Orgs.). *A contemporaneidade brasileira: dilemas e desafios para a imaginação sociológica*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- SCHERRER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. *Identidades em construção. As organizações não governamentais no processo brasileiro de democratização*. São Paulo: Anablume; Fapesp; Instituto Polis, 2003.
- VIEIRA, Liszt. *Argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.